

8 ABR 1990

Tecnocratas ainda comandam a economia

Dora Tavares de Lima
e Augusto Fonseca

BRASÍLIA — A ministra Zélia Cardoso de Mello acordou no dia 16 março pronta para dizer a 140 milhões de brasileiros que a liquidez da economia — ou “M4”, como ela prefere — ia cair de 37% do PIB para pouco menos de 10%. Estava preparada para informar quais seriam as metas do ajuste fiscal e a concepção da nova política de câmbio. Horas depois, embaraçava-se diante das câmeras de TV sem conseguir explicar o que, na vida prática, as pessoas fariam com seus cheques, cartões de crédito e mensalidades escolares. “Mas eles não entendem!”, murmurou para o presidente do Banco Central, Ibrahim Eris, sentado a sua esquerda, aflita porque ninguém decifrava a barafunda de termos técnicos usados pela equipe econômica.

O ex-ministro da Fazenda, Francisco Dornelles, um confesso tecnocrata arrependido desde que virou deputado, traduz esse episódio: “A tecnocracia guarda resquícios autoritários, despreza a classe política, se acha superior e dona da verdade.” Quando estava no Executivo, Dornelles, como Zélia e os cinco assessores que mudaram a vida de milhões de pessoas a partir de uma sala fechada na Academia de Tênis de Brasília, não tinha muita paciência para o que os economistas costumam considerar detalhes do cotidiano. “Na Receita Federal, por exemplo, a gente legislava e não se preocupava em saber o que o Congresso Nacional achava”, admite Dornelles que hoje classifica a si próprio como “um político discriminado pela tecnocracia”.

Ideologia — Quando Dornelles refere-se à *tecnocracia*, fala de uma categoria que passou a comandar a economia do país desde o início dos governos militares. Qual o traço comum que existe entre ortodoxos, como Roberto Campos, Mário Henrique Simonsen, Delfim Netto, e heterodoxos, como Dilson Funaro, Bresser Pereira e Zélia Cardoso de Mello? “É querer que a realidade se submetea a seus modelos teóricos”, define o cientista político da Universidade de Brasília, Paulo Kramer. Integrante da assessoria econômica do ministro Simonsen, no governo Geisel, o deputado Luiz Alfredo Salomão (PDT-RJ) reforça a tese: “Eles decidem sobre meios de pagamento e o mundo que se ajeste.” Salomão



Zélia: “Mas eles não entendem!”

testemunhou várias vezes Simonsen a passar exercícios de economia para o então chefe do SNI, João Figueiredo. “Com isso, ele estabelecia uma relação de supremacia.”

O senador Divaldo Suruagy (PFL), que quando governador de Alagoas se acostumou a frequentar os gabinetes da área econômica em busca de verbas para seu estado, acha que o problema não é ideológico: “Dois e dois são quatro no fascismo ou no comunismo”, diz ele para demonstrar que há um ponto de identificação entre o conservador assumido Roberto Campos e Zélia Cardoso, que já foi do PCB. “Somos cobaias”, considera o senador.

O senador Roberto Campos (PDS-MT) já viveu na pele a experiência de descompasso entre a teoria e a vida real. Quando idealizaram a caderneta de poupança, no governo Castelo Branco, Campos e o ministro Octávio Gouveia de Bulhões, após um ano de estudos, concluíram que o investimento não teria vida longa. Preferiram optar pelo lançamento de letras imobiliárias, um título de fácil negociação, que o mercado acabou rejeitando. Lançaram então a caderneta de poupança, que acabou se transformando num grande sucesso. “É a pretensão do burocrata de achar que entende mais do que o mercado”, resume Roberto Campos.

O deputado petista Luís Inácio Lula da Silva, que tratou muito com economistas

quando era presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, sente-se sempre vítima impotente de uma experiência de laboratório. “O mais grave é que, se nada dá certo, eles voltam para as faculdades e a gente fica com o prejuízo.”

Rex Humbard — Até Delfim Netto faz discreta autocrítica: “O drama do economista é que ele tem a pretensão do saber. Sempre suspeita que dois mais dois é alguma coisa mais ou menos igual a quatro.” Ministro da área econômica em dois governos militares, Delfim Netto marcou sua passagem pelo Executivo pela capacidade de exercer o poder com arrogância e, às vezes, cinismo. Hoje, depois de entrar para a política e se eleger deputado, Delfim aprendeu que “a economia não é uma ciência como a física ou a química. Nela, o átomo aprende, fala, grita e esperneia”.

Composta na maioria por jovens na faixa dos 30 anos, a equipe econômica de Zélia Cardoso de Mello está aprendendo agora a lição que Delfim só viu depois dos 50. Designados para explicar, no Congresso, o pacote aos deputados e senadores, os técnicos têm se assustado com um ambiente que nada tem a ver com a frieza dos gabinetes. “Isso aqui parece a filial do Rex Humbard”, constatou Venilton Tadini, diretor de política industrial do BNDES, no primeiro dia de plantão no gabinete da liderança do governo na Câmara. Surpreso com a quantidade de parlamentares que queriam saber como resolver os problemas imediatos do eleitorado, Tadini lembrou-se do pastor evangélico norte-americano quando o deputado Daso Coimbra (PRN-RJ) entrou pela sala preocupado em liberar os dízimos das igrejas evangélicas retidos no overnight.

Sábio — Mas os parlamentares também tiveram, nessas três últimas semanas, seus momentos de impaciência com os técnicos. No dia do plantão do secretário de Administração, João Santana, o líder do PTB, Gastone Righi (SP), sentou-se no sofá de couro preto da sala do líder do governo e ouviu, durante meia hora, Santana explicar tecnicamente a reforma administrativa. Sem entender nada, mas interessado em seus eleitores da Portobrás, que foi extinta por medida provisória, Gastone perdeu as estribeiras: “Tá legal, secretário, já ficou claro que eu sou o burro e o senhor é o sábio.”